

Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS

Resumo

Este artigo apresenta parte dos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido entre 2011 e 2013 que teve como tema de investigação o processo de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Tendo a participação política e a mobilização social como núcleos temáticos centrais da investigação, o projeto teve como objetivos: (i) situar os principais atores sociais e políticos que se envolveram no processo; (ii) compreender o papel que os movimentos sociais exerceram, e (iii) identificar as principais estratégias de ação mobilizadas. Trata-se, do ponto de vista metodológico, de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos dados foram obtidos por meio de dois procedimentos: (i) a pesquisa documental (fotos, atas, memorandos, portarias e documentos diversos referentes ao processo de criação da UFFS) e (ii) a técnica de entrevista. Ao todo foram realizadas dezoito entrevistas com as principais lideranças do Movimento Pró-Universidade dos estados do RS, SC e PR. Os resultados desse trabalho são importantes pois integram o esforço de organizar a memória da nascente universidade e dotá-la de reflexão crítica sobre os seus próprios processos e contradições.

Palavras-chave: Movimentos sociais, participação política, educação superior, UFFS.

Joviles Vítório Trevisol
Universidade Federal da Fronteira Sul
joviles@uol.com.br

Introdução

A produção teórica do campo das ciências sociais dos últimos quarenta anos, especialmente a desenvolvida por Jürgen Habermas (1981, 1997), Claus Offe (1985), Alain Touraine (1985, 1989, 1998), Manuel Castells (1999), Anthony Giddens (1991), Alberto Melucci (1989), Boaventura de Sousa Santos (1995, 2005b), Jean Cohen e Andrew Arato (1992), Ilse Scherer-Warren (1993), Maria da Gloria Gohn (1995, 2003, 2006) etc, tem sido unânime em reconhecer a centralidade dos movimentos sociais nos processos de transformação das sociedades contemporâneas. Longe de serem irrelevantes, os movimentos sociais se firmaram, desde o século XIX, como atores sociais e políticos dinamizadores da vida social, forçando as sociedades, por meio de suas pautas e reivindicações, a repensarem e reorganizarem, sob novas bases, as relações entre capital-trabalho (movimentos operários/trabalhistas), estado-sociedade (movimentos democráticos e pacifistas), campo-cidade (movimentos camponeses), homem-mulher (movimento feminista e de gênero), branco-negro (movimento negro), homem-natureza (movimento ambientalista), branco-índio (movimento indígena) etc.

Ao longo das décadas, as lutas e as pautas levadas adiante pelos movimentos sociais trabalhistas foram se desdobrando/articulando com outros, menos preocupados em criticar a exploração capitalista sobre os trabalhadores, e mais em denunciar novas formas de opressão, que extrapolam as relações de produção. Os novos movimentos sociais (NMS), como assim foram denominados a partir dos anos 80 do século passado, passaram a colocar na ordem do dia uma agenda "pós-materialista", ou seja, passaram a levantar problemáticas e conflitos (meio ambiente, direitos humanos, paz, gênero, questões indígenas, etc.) que, ao longo de séculos e milênios, ficaram restritos à esfera da vida privada - como é o caso das relações de gênero - ou completamente ignorados, tanto pelos governos, quanto pela sociedade. Ao proporem um novo paradigma social (menos assente na riqueza e no bem-estar material e mais na cultura e na qualidade de vida), os NMS passaram a denunciar formas de opressão que atingem não apenas a classe trabalhadora, mas a sociedade como um todo; não apenas o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive (SANTOS, 1995).

Hoje os movimentos sociais estão em todo lugar, mobilizando atores e pautas, algumas locais, outras transnacionais e globais. Operam como agentes da renovação/transformação social; são “profetas” do presente que denunciam as contradições da sociedade e anunciam novos valores e parâmetros para a relação dos homens entre si e deles com a natureza (MELUCCI, 1989, CASTELLS, 1999).

A partir da extensa e rica produção teórica sobre movimentos sociais, o presente artigo apresenta parte dos resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido entre 2011 e 2013 sobre uma experiência de participação de atores da sociedade civil no processo de criação e implantação de uma universidade pública federal. Trata-se da Universidade Federal da Fronteira Sul, cujo processo de criação a reveste de singularidade e a torna *sui generis* no conjunto das IES públicas e no interior da própria história da educação superior brasileira. A UFFS é, notadamente, a primeira universidade oriunda dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo civil.

O processo de criação da UFFS é, portanto, o núcleo da problemática a ser investigado. Tendo isso presente, a pesquisa se pautou pelas seguintes questões: (i) que atores sociais e políticos participaram, de forma direta e ativa, do processo de criação da UFFS? (ii) que papel os movimentos sociais exerceram e que estratégias de ação colocaram em cena para levar a termo os seus propósitos? (iii) que práticas discursivas e/ou agenda de proposições os movimentos sociais foram defendendo no processo de conformação do projeto da nascente universidade?.

Dado o caráter das questões de pesquisa propostas, optou-se por uma abordagem metodológica de cunho qualitativo, cujos dados foram obtidos por meio de dois procedimentos fundamentais: (i) a pesquisa documental (fotos, atas, memorandos, portarias e documentos diversos referentes ao processo de criação da UFFS) e (ii) a técnica de entrevista. Ao todo foram realizadas dezoito entrevistas (áudio e vídeo), de aproximadamente sessenta minutos cada, com as principais lideranças do Movimento Pró-Universidade dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

1. O espaço-tempo de origem: a fronteira

A UFFS é uma das poucas universidades públicas brasileiras cujo nome faz referência explícita a uma região. Desde a mais antiga universidade do mundo até as mais recentes, tem prevalecido, de forma hegemônica, a cultura institucional de, por meio da escolha do nome, fazer alusão à cidade ou à unidade da federação onde a IES está sendo implantada. A inserção do termo “Fronteira Sul” no nome, além de romper com a tradição acima referida, é algo relevante que precisa ser destacado e compreendido, pois ela denota uma concepção político-institucional e demarca/fixa um lugar, que é, simultaneamente, de origem e de destino.

A região é, além de um espaço geográfico, um lugar político, econômico, social e cultural. Indica um conjunto de referências físicas (espaço) e humanas (sociedade) que, em interação, produzem um conjunto específico de condições de vida. As relações entre espaço e sociedade engendram espacialidades e sociabilidades. Ser e estar se produzem, se transformam e se retroalimentam mutuamente. O estar produz o ser e vice-versa. Pertencer à determinada região é, necessariamente, fazer parte de um conjunto de elementos que produzem as subjetividades e as relações humanas em sociedade. O lugar não é algo fortuito. Como tão bem destaca Milton Santos (p. 585 e 592):

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. Mas, também, cada lugar [...] torna-se excepcionalmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade [...] O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Olhada sob uma perspectiva geográfica, a “Fronteira Sul” a que o nome da UFFS se refere diz respeito a uma região do sul do Brasil, situada na fronteira com a Argentina, composta por aproximadamente 396 municípios e 3,7 milhões de habitantes dos estados do Rio Grande do Sul (região Noroeste), Santa Catarina (região Oeste) e do Paraná (região Sudoeste). Um olhar antropológico, no entanto, amplia os horizontes, nos obrigando a uma fenomenologia da vida cotidiana, que nos permita compreender melhor

o ser e o estar na região de fronteira, inclusive as origens das mobilizações sociais e políticas que resultaram na criação da UFFS.

Assim como a grande maioria das regiões de fronteira, a “Fronteira Sul” localiza-se distante dos grandes centros do poder, do dinheiro e do conhecimento. Dadas as distâncias, a vida é normalmente mais lenta, precária, instável, difícil e submetida à escassez de recursos e de condições. A instabilidade e a precariedade são dimensões fáticas do cotidiano, obrigando os indivíduos e os grupos sociais a mobilizarem as suas energias em diferentes formas de luta contra os poderes e na invenção de novas formas de sociabilidades e de soluções. Como sintetiza Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 348):

Viver na fronteira significa ter de inventar tudo, ou quase tudo, incluindo o próprio acto de inventar. Viver na fronteira significa converter o mundo numa questão pessoal, assumir uma espécie de responsabilidade pessoal que cria uma transparência total entre os actos e as suas consequências. Na fronteira, vive-se da sensação de estar a participar na criação de um novo mundo.

A complexidade e a precariedade da vida na fronteira faz com que ela esteja sempre cercada de limites, assim como em permanente transgressão dos limites. A sociabilidade da fronteira é, sob este aspecto, a fronteira da sociabilidade. Nas palavras de Boaventura (Ibid., p. 351):

Na fronteira, todos somos, por assim dizer, migrantes indocumentados ou refugiados em busca de asilo. O poder que cada um tem, ou a que está submetido, tende a ser exercido no modo abertura-de-novos-caminhos, mais do que no modo fixação-de-fronteiras [...] a fronteira vive, simultaneamente, a prática da utopia e a utopia da prática.

Os habitantes da fronteira aprendem a viver nas margens, distante do centro e do poder decisório. Sabem que, raramente, são prioridade; que o Estado faz-se presente de maneira fraca e distante, exceto quando é necessário intensificar a sua presença a fim de controlar os territórios e assegurar o controle legítimo da violência. Ao invés de um garantidor e promotor dos direitos sociais, o Estado se faz presente e operante por meio da militarização do espaço. A vida na fronteira ensina que é preciso ser forte, resistente e

lutador. Não viver desta maneira é sucumbir à precariedade e declinar de toda e qualquer possibilidade de criação de um mundo novo e melhor. A utopia da prática precisa ser viva e latente.

Essa fenomenologia da vida na fronteira ajuda compreender as características principais da região onde a UFFS está inserida. Trata-se de uma região localizada entre 400 a 600 km das três capitais dos três estados do Sul, tendo sido, ao longo dos séculos, palco de permanentes lutas pela posse da terra. No século XVIII, as disputas entre Portugal e Espanha pelo território acabaram por desencadear a Guerra Guaranítica e, com ela, um sangrento genocídio que dizimou milhares de índios guaranis que viviam em reduções autogestionadas no território das missões jesuíticas. No final do século XIX, a região foi objeto de nova disputa envolvendo os governos do Brasil e da Argentina. O litígio em questão foi a região Oeste dos atuais estados do Paraná e Santa Catarina. A Questão de Palmas, como assim ficou conhecida, foi submetida ao arbitramento do então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, que decidiu favorável ao Brasil, estabelecendo que as fronteiras entre os dois países vizinhos se dariam, a partir de 1895 pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio e não pelos rios Chapecó e Chopim. No século XX, entre 1912 e 1916, nova disputa é travada entre os estados do Paraná e Santa Catarina, resultando na Guerra do Contestado.

A luta pela terra prosseguiu e se aprofundou a partir dos anos 30 do século passado com a chegada das companhias colonizadoras e, com elas, os descendentes de europeus (italianos, alemães e poloneses), que vieram em busca do sustento e da prosperidade. Índios, caboclos e colonos passaram a disputar cada palmo de chão, alguns defendendo a posse da terra como base da subsistência e, outros, lutando pela apropriação privada dos recursos naturais como forma de alavancar o desenvolvimento capitalista na região (RENK, 2002; RADIN, 2009). A comercialização dos lotes pelas colonizadoras, especialmente no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, foi atraindo milhares de famílias de colonos oriundas do vizinho estado do Rio Grande do Sul, dispostas a organizar uma pequena propriedade agrícola de base familiar.

Como toda região de fronteira, a precariedade de condições e a escassez de recursos foi uma constante. Distante das capitais e das prioridades, a região ficou privada

de investimentos em rodovias, ferrovias, aeroportos, estrutura de comunicação, saúde, habitação, assistência social e educação. Privada dos direitos sociais elementares e relegada à própria sorte, a população foi obrigada a construir as suas próprias alternativas de solução.

Com a educação básica e superior não foi diferente. As primeiras faculdades na região foram criadas a partir do final dos anos 60 do século passado - especialmente as ligadas ao campo da formação de professores e da área das ciências sociais aplicadas - por iniciativa das lideranças comunitárias, constituindo as fundações públicas de direito privado. As IES públicas (federais e estaduais) surgiram mais tarde, em pequeno número e situadas nas cidades de maior concentração populacional. O ensino superior privado manteve-se, deste modo, restrito aos grupos sociais em condições de subsidiar as suas mensalidades e, o ensino superior público, restrito aos jovens de classe média, oriundos, na sua grande maioria, das escolas privadas de ensino médio.

O caráter notadamente elitista do sistema de oferta excluiu, na prática, milhares de jovens e adultos da possibilidade de desenvolverem uma formação de nível superior. Especialmente a juventude residente em pequenos municípios, de economia agrícola e alicerçados na agricultura familiar, viu-se obrigada a buscar sua inserção no mercado de trabalho assalariado, evadindo-se do campo em direção a cidades de maior porte, muitas das quais situadas nas regiões litorâneas. O êxodo rural acentuou o processo de urbanização e, no interior dele, a tendência à “litoralização”. A crise da pequena propriedade agrícola de base familiar, acentuada a partir dos anos 80, reforçou sobremaneira a mobilidade humana do campo para as cidades litorâneas, especialmente no estado de Santa Catarina.

A exclusão do direito de acesso ao ensino superior público e gratuito e outros tantos problemas que afetam a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul foram alguns dos fatores que alimentaram e orientaram o processo de implantação de uma universidade pública federal.

O ensino superior público, assim como todas as conquistas da fronteira, decorre, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2002, p.351), da “prática da utopia e da utopia

da prática”. Os direitos são constituídos e assegurados a partir das lutas e da capacidade de invenção. A UFFS é uma das mais importantes conquistas da região, nascida da participação social e do poder de mobilização e de convencimento público dos movimentos sociais e das lideranças políticas e comunitárias. As redes de associativismo civil e o denso tecido de organizações sociais da região – berço de alguns dos principais movimentos sociais do campo do Brasil - foram mobilizados para a formulação do projeto da nascente universidade.

A UFFS nasceu, portanto, da organização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários da emancipação social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada. Ela nasce de “fora para dentro”; surge dos movimentos sociais e, na sequência, legitima-se como instituição pública estatal por meio da Lei Federal 12.029/2009 (TREVISOL, HASS, CORDEIRO, 2011).

2. O espaço-tempo da construção: a participação social

As mobilizações pela criação de IES públicas na região não são recentes. Iniciativas nesta direção ocorreram em diferentes momentos e regiões dos Estados do Sul, especialmente a partir dos anos 70, tendo em vista a baixa presença da rede pública de ensino superior. A pressão pela interiorização da educação superior foi sendo gerenciada e respondida via expansão das IES comunitárias, instituições de direito privado criadas pelos poderes públicos municipais.

As fundações educacionais responderam, à sua forma, à crescente demanda por ensino superior nas cidades-pólo onde foram instaladas. Diante da remota e, porque não dizer, inexistente possibilidade de implantação de IES públicas, as fundações foram recebidas com entusiasmo, sendo legitimadas política e socialmente como “alavancas” do desenvolvimento econômico e social.

Nos anos 90, em virtude da implementação de políticas neoliberais no Brasil, a expansão do ensino superior público foi radicalmente abortada. Como resposta às demandas e pressões sociais, os governos responderam por meio da flexibilização da legislação educacional, de modo a permitir e estimular o crescimento das IES privadas

(SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001). Deste modo, fortaleceu-se o caráter elitista, consolidando o país com um dos países mais privatizados do mundo. Os indicadores do MEC/INEP (TODOS, 2013) mais recentes sobre o ensino superior, referentes ao ano de 2011, demonstram que do total das matrículas, 26% estavam matriculados nas IES públicas e 74%, nas IES privadas.

A mudança de governo no Brasil, ocorrida em 2003, trouxe para o campo das políticas educacionais novas políticas e diretrizes. A meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (2001-2010), que previa a ampliação de 12% para 30% o percentual de matrículas do ensino superior para jovens entre 18 a 24 anos (BRASIL, 2001) – sendo, no mínimo, 40% das matrículas concentradas no setor público – foi retomada. O compromisso com a expansão do ensino do superior público passou a ser anunciada e implementada.

A UFFS surge no marco dessas políticas de expansão e interiorização da educação superior pública no Brasil. Assim como as demais universidades e institutos públicos federais, a UFFS nasceu como resposta a alguns dos históricos problemas educacionais brasileiros: (i) baixas taxas de acesso à educação superior, sobretudo dos jovens entre 18 a 24 anos; (ii) matrículas majoritariamente concentradas nas IES privadas; (iii) concentração das IES públicas nas regiões litorâneas, sobretudo nas capitais e, (iv), assimetrias regionais na distribuição dos cursos e das vagas de graduação e de pós-graduação, entre outros.

O plano de expansão do MEC, no entanto, não previa a criação de mais uma universidade federal na região Sul. O desafio passou a ser político. O anúncio da vinda do então presidente Lula à cidade de Chapecó (SC), em 2003, para a abertura da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI), foi motivo de grande mobilização das lideranças políticas e dos movimentos sociais. As articulações renderam uma manifestação de Lula, proferida no discurso de abertura – “o oeste de Santa Catarina terá uma universidade federal”- que se firmou como estratégica em todo o processo de negociação.

O aceno de Lula passou a ser uma vitória política para as lideranças e organizações que vinham, há décadas, construindo o convencimento público sobre a importância de uma IES pública para a região. A pauta antiga e restrita passou a ser contemporânea, pública e estatal.

O anúncio trouxe ânimo. As reuniões de trabalho e articulações se intensificaram, dando origem, em 2005, ao Movimento Pró-Universidade Federal (MPUF). Coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e pelo Movimento Sem Terra (MST), o movimento passou a articular, além dos movimentos sociais, o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, universidades, setores da igreja católica, movimento estudantil, sindicatos, associações, sindicatos, imprensa, vereadores, prefeitos, deputados, senadores etc.

As mobilizações se intensificaram, realizadas nos três estados do Sul, porém sem uma coordenação política unificada. Após receber várias comitivas no MEC para tratar do assunto, o então Ministério da Educação, Fernando Haddad, orientou as lideranças da região a unificarem o movimento e a apresentarem um único projeto de universidade. Ainda em 2005, como decorrência do processo de mobilização, o então deputado federal Cláudio Vignatti apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6.037/2005, propondo a criação da Universidade para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Em maio do ano seguinte, em 2006, outro importante passo é dado na construção do projeto da futura universidade. O reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Portaria 356/GR/2006, instituiu um Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do projeto preliminar da nascente universidade, fixando o final do mês de dezembro como data limite para a finalização do projeto. Ainda em 2006, em junho, em decorrência das tratativas e negociações do Movimento Pró-Universidade Federal, o então Ministro da Educação manifestou apoio ao projeto de criação de uma universidade federal no Sul do Brasil, comprometendo-se a desenvolver um estudo mais detalhado sobre a sua viabilidade. Neste mesmo mês, no dia 23 de junho, o então Presidente da República fez nova visita à cidade de Chapecó para participar do II Encontro Nacional da Habitação da Agricultura Familiar. A universidade federal foi novamente mencionada: *“Vocês terão uma universidade”*.

As discussões foram se ampliando, tanto em âmbito regional, como nacional. No dia 22 de agosto de 2006 um primeiro esboço do projeto foi apresentado na reunião do Fórum Mesomercosul, na cidade de Chapecó. Em novembro do mesmo ano ocorreu um seminário em Erechim (RS) sobre o projeto da nova universidade.

O projeto preliminar foi apresentado ao MEC em reunião realizada no dia 15 de junho de 2007, ocasião em que o então Ministro da Educação manifestou concordância pela expansão do ensino superior público na região, porém na modalidade educação tecnológica. Propôs a criação de um Instituto Federal de Educação Científica e Tecnológica - IFET. O Movimento Pró-Universidade reagiu à proposta apresentada, argumentando que a região estava lutando por uma universidade pública, em condições de desenvolver ensino, pesquisa e extensão. Controlados os ânimos e as tensões, o resultado da reunião foi a com a decisão do MEC pela publicação de uma portaria instituindo a comissão responsável pela elaboração do projeto.

Ao longo de 2007 foram promovidos e organizados muitos debates, audiências públicas, atos e mobilizações. No dia 24 de agosto foram organizadas manifestações de apoio em mais de 15 cidades da região da Grande Fronteira do Mercosul, reunindo milhares de pessoas. Nos dias 26 e 27 de agosto, na cidade de Concórdia (SC), também foi realizado o Seminário Regional Sul de Educação do Campo, promovido e coordenado pela FETRAF-SUL, no âmbito do qual foi debatida a criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

No dia 02 de outubro, o então Ministro Fernando Haddad, em audiência pública, reafirmou o compromisso do governo federal com a criação da universidade federal. No mês seguinte, em 08 de novembro de 2008, foi realizada uma audiência pública em Brasília, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, da Câmara dos Deputados, para discutir a criação da Universidade Federal Popular da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, audiência proposta pela então deputada Maria do Rosário.

Em 26 de novembro foi publicada a Portaria 948/MEC/2007, instituindo a Comissão de Projetos da Universidade Federal Fronteira Sul. O grupo foi composto por 11 integrantes do Movimento Pró-universidade e técnicos do MEC, além de representantes

da Universidade de Federal Santa Maria e da Universidade Federal de Santa Catarina. Ficou estabelecido o prazo de três meses para concluir o projeto. No dia 12 de dezembro, o Ministro da Educação anunciou a criação da Universidade Federal da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (UFMM), em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília, com a presença do presidente Lula.

Durante o primeiro semestre de 2008, inúmeras reuniões e audiências públicas foram realizadas em diversas cidades para discutir os contornos finais do projeto, especialmente os cursos a serem implantados, o número de campus e a localização dos mesmos. No dia 16 de julho deste ano, o então Presidente da República assinou o projeto de lei de criação da nova universidade, que seguiu para o Congresso Nacional. Em novembro, no dia 12, o Projeto de Lei 3774/08, do então deputado Cláudio Vignatti, foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Em 11 de fevereiro de 2009, por meio da Portaria 148/09, o então Ministro da Educação empossa a Comissão de Implantação da UFFS, designando o professor Dilvo Ristoff, como presidente. Em 20 de maio, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprova a criação da Universidade Federal Fronteira Sul. No mês seguinte, em 17 de junho, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprova o projeto de criação da UFFS. O projeto, em seguida, tramitou nas Comissões de Justiça e de Educação do Senado Federal, recebendo aprovação em 18 e 25 de agosto, respectivamente.

Em 15 de setembro de 2009, finalmente, a lei de criação da UFFS é sancionada pelo então Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Em seguida, em 21 de setembro, o professor Dilvo Ristoff é designado reitor *pró-tempore* da UFFS, sendo empossado em 15 de outubro. Em seguida foram publicados os primeiros editais de seleção de docentes e de servidores técnico-administrativos. O início das atividades letivas se deu em 29 de março de 2010.

A participação social foi decisiva em todo o processo de criação e implantação da UFFS. Na pesquisa de campo realizada inserimos uma questão específica, que indagou os

entrevistados sobre o que foi mais decisivo pra a criação da universidade. Perguntamos: o que pesou forte? O que foi fundamental, sem o qual a ideia não teria ido adiante? Os depoimentos foram unânimes, alguns dos quais seguem transcritos:

O movimento social. Se não tivéssemos pegado junto nós não teríamos universidade, por que nós não estamos no ABC Paulista [...] Acho que o movimento social coordenou esse movimento político [...] Sempre falo: o movimento social teve um papel importantíssimo. O mais decisivo foi o movimento social [...] Por que quando o MST ia pra agenda com o Lula falava da universidade; quando o MPA ia, falava; quando o MAB e a FETRAF iam, falavam da universidade. Quando falava da universidade para o Haddad, ele enxergava um monte de vermelhos na frente.¹

O Ministro da Educação, em audiência conosco, era contra a criação da universidade federal; era a favor de um Instituto Tecnológico. Ele defendia esta tese com muita veemência e convicção [...] Eu até me recordeo que o ministro olhou pra mim e disse: eu sou professor a mais de 20 anos dentro de uma universidade. Eu entendo de universidade, sei do que estou falando. Aí os outros amigos nossos foram a nosso socorro [...] Não aceitamos. O grupo todo se juntou no final da audiência e ponderou com o ministro de que não poderia ser Instituto Federal. Só havia uma posição nesta audiência. E aí, nesta audiência, vou só te sintetizar. O ministro concluiu a audiência e disse: vou levar então a posição de vocês ao Presidente Lula, que vocês querem universidade. Quando, depois lá na frente, quando se anunciou a universidade, eu, cumprimentando o ministro Haddad, ele me disse: esse projeto saiu a fórceps, surgiu graças à pressão social. Foram os movimentos sociais, foram as lideranças que se unificaram, que conquistaram a universidade.²

O movimento social foi importante e fundamental, de mobilização de força, principalmente porque o governo central ouvia os movimentos sociais. Eles tinham força, inclusive eram recebidos em audiências [...] tinham uma representatividade muito grande [...] Esta federal nasceu da mobilização de forças populares aliadas a algumas lideranças políticas.³

O movimento orientou-se pela construção de uma IES pública e popular, preocupada com a transformação da realidade, aberta aos grupos sociais mais excluídos e comprometida com o desenvolvimento regional.

¹- Trecho de entrevista realizada em 30/04/2012, com uma das principais lideranças do processo de criação da UFFS.

²- Trecho de entrevista realizada em 22/02/2012, com uma das principais lideranças do processo de criação da UFFS.

³- Trecho de entrevista realizada em 18/10/2012, com uma das principais lideranças do processo de criação da UFFS.

3. Do espaço-tempo de destino: o popular

O lugar (geográfico, político e social) de origem, como já destacado anteriormente, está longe de ser algo irrelevante. Além de inseri-la na história do ensino superior brasileiro como a primeira universidade pública federal nascida dos movimentos sociais, tal fator atua decisivamente sobre a construção de sua identidade e na definição de sua missão, objetivos, diretrizes e políticas. Os dez princípios norteadores estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS⁴ expressam o espaço-tempo de origem (contexto), assim como apontam o(s) lugar(es) de destino (finalidades). Trata-se, portanto, de uma universidade nascida da sociedade, para ser um bem público a seu serviço. Significa conceber e realizar um projeto institucional tendo como ideia-força o princípio da democratização, cuja processualidade deve se dar a partir de um duplo movimento: a democratização de dentro para fora e a de fora para dentro.

A participação social descrita acima atuou decisivamente sobre a definição do projeto da nascente universidade. As contribuições apresentados pelos diferentes atores sociais envolvidos foram sendo articuladas em torno de uma proposta que, ao longo do processo, foi sendo definida, reconhecida e aclamada como de “universidade popular”. Apesar de ser uma categoria sociológica, política e pedagógica antiga, polissêmica e difusa, a expressão “popular” passou a traduzir o conjunto das expectativas, concepções e diretrizes estruturantes da UFFS. Essa ideia força foi incorporada para firmar e comunicar alguns compromissos fundamentais:

3.1- Inclusão social

Tendo em vista o processo que lhe deu origem, a UFFS primou pela implantação de uma política inédita e inovadora de acesso, sendo a primeira IES pública federal a implantar diretrizes mais arrojadas que as definidas pela própria “Lei das Cotas” (Lei 12.711/12). Decidiu-se por não realizar qualquer vestibular. Optou-se por utilizar o ENEM como prova de conhecimento básico, adicionando-se à nota obtida neste exame um

⁴- A íntegra dos dez princípios norteadores podem ser acessados em: www.uffs.edu.br.

sistema de bonificação para cada um dos anos frequentados na escola pública, o denominado fator escola pública (FatorEP). O índice foi aplicado durante os três primeiros ingressos (2010 - 2012), sendo aprimorado em 2013, em virtude da aprovação da “Lei das Cotas”, e substituído em 2014 pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada). A política adotada trouxe para a universidade estudantes autodeclarados brancos (84%); residentes na área urbana (80,24%); provenientes da escola pública (94,18%); oriundos de família com baixa escolaridade (42,91% dos pais e 36,24% das mães estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental e apenas 5,45% e 6,91%, respectivamente, concluíram curso superior). Os ingressantes são, na sua grande maioria, provenientes de famílias de baixa renda, oriundos de famílias de trabalhadores urbanos e pequenos produtores rurais da região de abrangência da UFFS. Ao serem consultados sobre a renda familiar, 59,75% declararam possuir renda entre 0 a 3 salários mínimos mensais. 78,30% dos estudantes ingressantes são trabalhadores, sendo que, no momento da pesquisa, 43,64% estavam trabalhando em tempo integral remunerado; 14,91%, em tempo parcial remunerado e, 10,91%, estavam em busca de emprego. Indagados sobre a idade que começaram a trabalhar, 14,06% declararam ter iniciado antes dos 14 anos; 35,15%, entre 14 e 16 anos de idade e, 19,27%, entre 17 e 18 anos de idade.⁵

3.2- Gestão democrática

A gestão democrática da universidade vai muito além da democratização do acesso e da permanência. Pressupõe uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade. Trata-se do desafio de construir a IES como um bem público, cujos bens simbólicos produzidos devem ser democratizados e estar acessíveis a todos os grupos sociais. Quanto mais inserção na sociedade, tanto mais esta se insere na universidade (SANTOS, 1995, 2005). Ao realizar o seu compromisso social e epistemológico, a UFFS acaba por promover sua própria democratização.

Tendo isso presente, alguns espaços institucionais de diálogo permanente com a comunidade foram criados. O primeiro deles foi a implantação de dois conselhos

⁵- Os dados se referem ao ano de 2012, do Campus Chapecó, extraídos e processados a partir do Banco de Dados do Processo Seletivo UFFS 2012/SETI/UFFS.

superiores, de âmbito institucional (conselho universitário e conselho estratégico social) e dois conselhos, em âmbito de campus (conselho de campus e conselho comunitário). Em segundo lugar, foi realizada, em 2010, a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE), destinada a debater e a definir as políticas e as ações prioritárias para as atividades fim. A I COEPE contou com a participação de mais de quatro mil pessoas em todos os campi da UFFS. Em terceiro lugar, foram instituídas as audiências públicas, realizadas anualmente em todas as regiões de abrangência da universidade.

3.3- Escola pública

O terceiro compromisso importante é com a escola pública, especialmente com a formação de professores, por meio de uma relação interativa, solidária e responsável com a Educação Básica. Em consonância com a Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica, a UFFS implantou, nos seus diferentes *campi*, cursos de licenciaturas destinados à formação de professores em Ciências (matemática, física e química), Filosofia, Geografia, História, Letras, Pedagogia, Sociologia e Matemática. A ênfase recaiu sobre a licenciatura e não o bacharelado, deixando clara, desde o início, a preocupação da universidade com a formação do professor de Educação Básica.

3.4- Agricultura familiar e agroecologia

O quarto importante compromisso institucional é com a produção de conhecimentos, tecnologias e práticas sustentáveis, que potencializem os pequenos produtores rurais, a agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental da região. A agroecologia foi definida como área estruturante dos quatro cursos de Agronomia que a UFFS oferece nos campi de Chapecó, Cerro Largo, Erechim e Laranjeiras do Sul. Isso implica, entre outros aspectos, as “ecologias das produtividades” (SANTOS, 2002, 2003), ou seja, recuperar e valorizar os sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas populares, das organizações econômicas populares, da economia solidária.

Considerações finais

A criação e implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul é uma experiência singular e *sui generis* no conjunto das IES públicas e no interior da própria história da educação superior brasileira. É importante compreendê-la como algo distinto, específico, novo e, por estas essas razões, expressão de uma dinâmica social e política mais ampla, no interior da qual a UFFS é parte e resultado. Ao estudar este processo está-se compreendendo uma exitosa experiência política de organização e mobilização dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina.

Ao promover e impulsionar o debate sobre universidade popular, os movimentos sociais problematizam a tradição elitista do ensino superior. Ao longo de toda a história, as IES tem sido, com raras exceções, espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural. Os estudantes ingressam em busca de um título/prêmio que os permitam exercer, de forma legítima, um poder que já possuem. As classes sociais mais ricas servem-se da universidade para reproduzir e ampliar o seu poder em relação aos mais pobres e excluídos.

Sabedores do potencial e das contradições que perpassam a educação superior, os movimentos sociais questionam, problematizam e desafiam a universidade a se pensar enquanto um bem público a serviço da sociedade e da transformação social. Afinal, como propõe Boaventura de Sousa Santos (2005a), a universidade tem o máximo de competência possível. E preciso explorá-la.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 10 de jan. 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOHN, M. da G. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos Brasileiros**. Loyola: São Paulo, 1995

_____. (org). **Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ªed. São Paulo: Loyola, 2006.

HABERMAS, J. New Social Movements. **Telos**, New York, n. 49, 1981.

_____. **Direito e democracia. Entre facticidade e validade**. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

MELUCCI, A. Um objeto para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 17, 1989.

OFFE, C. New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics. **Social Research**, New York, 52 (4) 1985.

RADIN, J. C. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Argos, 2002.

SANTOS, B de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10ªed. São Paulo: Cortez. 2005.

_____. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003.

_____. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. **O Fórum Social Mundial. Manual de uso**. Porto: Afrontamento, 2005b.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, B.de S.; MENEZES, M. P. (Org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da Educação Superior no Brasil**. Reforma do Estado e mudanças na produção. 2 ed. São Paulo: Cortez/UFS-IFAN, 2001.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

TOURAINE, A. Os movimentos sociais In: TOURAINE, Alain. **Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. An Introduction to the Study of Social Movements. **Social Research**, New York, 52 (4), 1985.

_____. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal entendidos. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 17, 1989.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HASS, M. **Construindo agendas e definindo rumos**. Chapecó: Edições UFFS, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna. 2013. Disponível em:
<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8A8A833F33698B013F346E30DA7B17>. Acesso em 14 de novembro de 2013.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Portal institucional. Disponível em:
www.uffs.edu.br.